

PREFEITURA E SESAP ASSINAM TERMO DE ADESÃO AO PNAISP

Visando a qualificação dos profissionais de saúde que atuam no Sistema Prisional de Nova Cruz, e em cumprimento as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), o prefeito Targino Pereira recebeu nesta sexta-feira (17), em seu gabinete, as subcoordenadoras da Sesap/RN, Ivana Fernandes e Ziza Bezerra, ambas acompanhadas do secretário Municipal de Saúde, Geraldo Júnior. Na pauta, além da assinatura do termo de adesão ao programa, também a apresentação das diretrizes da Gestão Estadual de Atenção à Saúde Prisional.

O guia faz parte das estratégias de promoção e do fortalecimento da saúde no sistema prisional, além da implementação de políticas públicas compartilhadas com os profissionais de saúde. O processo atende enfermeiros e técnicos de enfermagem, médicos, cirurgiões-dentista, auxiliares de saúde bucal, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, educadores físicos, farmacêuticos, nutricionistas, além de coordenadores e supervisores das equipes de saúde prisional. A proposta de formação está baseada em módulos teóricos, dos quais Nova Cruz se enquadra no módulo “2”, módulo que contempla uma população carcerária estipulada entre 100 e 500 presos.

“Precisamos fortalecer o trabalho intersetorial, para dar condições de um atendimento humanizado aos nossos presos. Claro, que a saúde municipal, em nosso governo, já oferta esse atendimento, entretanto, precisamos buscar o aumento dos serviços já ofertados, pois só assim, além de ofertarmos novos procedimentos também estaremos conseguindo alcançar um número maior de beneficiários. Isso sem contar, que, também estaremos fazendo cumprir o direito à cidadania de todos aqueles que cumprem suas penas em nossa cadeia pública”, frisou o prefeito.

EM TEMPO:

A PNAISP nasceu da avaliação dos dez anos de aplicação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), quando se constatou o esgotamento deste modelo, que se mostrou restrito por não contemplar em suas ações, entre

outras coisas, a totalidade do itinerário carcerário - delegacias e distritos policiais, cadeias públicas, colônias agrícolas ou industriais e, tampouco, penitenciárias federais.